

Parecer Jurídico

- Acerca do Projeto de Lei n.º 135, de 24 de novembro de 2022.

Origem: Poder Executivo

Ementa: Fixa o desconto para pagamento em cota única do IPTU 2023.

Pedido de Urgência: Sim

Referido projeto de lei visa estipular desconto para o pagamento do IPTU em cota única

A competência para determinar as diretrizes de pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU é municipal, por força do art.156 da Constituição Federal. Destarte, a proposição em análise se mostra constitucional.

Carlos Barbosa, 05 de dezembro de 2022.



Paula Zanetti Bonacina

Assessora Jurídica

OAB/RS n.º 70.034

